

PODER

Fachin: STF respeita a decisão

Presidente da Corte diz aguardar "com serenidade" nome para vaga. Mendonça afirma que país perde chance de ter "grande ministro"

» RENATO SOUZA

Horas após o Senado rejeitar o nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da Corte, Edson Fachin, divulgou nota na qual disse que o tribunal "reafirma seu respeito à prerrogativa constitucional" da Casa.

"A Presidência do Supremo Tribunal Federal toma conhecimento da decisão do Senado Federal de não aprovar, em sessão plenária realizada nesta data, a indicação submetida para o preenchimento de vaga nesta Corte. O Supremo Tribunal Federal reafirma seu respeito à prerrogativa constitucional do Senado Federal", escreveu.

Fachin reiterou "o respeito à história pessoal e institucional de todos os agentes públicos envolvidos

no processo, reconhecendo que a vida republicana se fortalece quando divergências são tratadas com elevação, urbanidade e responsabilidade pública".

Com a rejeição, a expectativa é de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faça nova indicação. "A Corte aguarda, com a serenidade e o senso de responsabilidade institucional, as providências constitucionais cabíveis para o oportuno preenchimento da vaga em aberto", completou Fachin.

Quem também se manifestou foi o ministro André Mendonça. O magistrado disse que "o Brasil perde a oportunidade de ter um grande ministro do Supremo". Ele e Messias têm em comum o fato de serem evangélicos.

"Respeito a decisão do Senado, mas não posso deixar de externar minha opinião. O Brasil perde a oportunidade de ter um grande

Rosinei Coutinho/STF



Fachin disse respeitar "história pessoal e institucional" dos envolvidos

ministro do Supremo. Messias é um homem de caráter, íntegro e que preenche os requisitos constitucionais para ser ministro do STF", enfatizou, nas redes sociais. Mendonça acrescentou que Messias deve seguir de cabeça erguida.

Ministro aposentado do STF, Celso de Mello foi incisivo a respeito da decisão no Congresso. "Lamento, profundamente, a grave e injustificável deliberação hoje adotada pelo Senado Federal, que, ao rejeitar a indicação presidencial do dr. Jorge Rodrigo Araújo Messias para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal, produziu decisão que, a meu juízo, não se harmoniza com a estatura jurídica, a qualificação profissional e a trajetória pública do eminente advogado-geral da União", frisou.

Ele reprovou a atitude do Senado. "Trata-se de grave equívoco institucional, pois o dr. Jorge

Messias reúne, de modo pleno, os requisitos que a Constituição da República exige para a legítima investidura no cargo de ministro da Suprema Corte: notável saber jurídico, reputação ilibada, experiência na vida pública e compromisso demonstrado com a defesa da ordem constitucional, da legalidade democrática e das instituições republicanas", ressaltou.

Mello afirmou que o resultado da votação é somente político e não levou em consideração a competência de Messias. "A rejeição de seu nome, por isso mesmo, revela-se não apenas lamentável, mas também destituída de fundamento substancial. A deliberação do Senado parece haver-se orientado por motivações de caráter marcadamente político, alheias à avaliação objetiva dos méritos pessoais, funcionais e jurídicos do indicado", destacou.

Balanço do 8/1 antes da votação da Dosimetria

» IAGO MAC CORD

O Supremo Tribunal Federal (STF) atingiu a marca de 100% dos réus julgados e responsabilizados criminalmente pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Segundo o relatório Democracia Inabalada, divulgado pelo gabinete do ministro Alexandre de Moraes, 1.402 pessoas foram punidas, com sanções financeiras por danos morais coletivos somando R\$ 35 milhões.

O balanço saiu na véspera da votação, no Congresso, do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Projeto de Lei da Dosimetria, que reduz as penas dos condenados pela tentativa de golpe, incluindo o ex-presidente Jair

Bolsonaro. A sessão está marcada para as 11h de hoje.

Moraes aproveitou o relatório para defender que o inquérito das fake news permaneça aberto como ferramenta de combate às ameaças à democracia.

"A sociedade, o Poder Judiciário e as instituições brasileiras mostraram sua força e resiliência, em que pese a lamentável manutenção de uma nociva, radical e violenta polarização política alimentada por grupos extremistas que persistem nas práticas criminosas, inclusive por meio de suas 'milícias digitais', e que permanecerão a ser investigados no âmbito do INQ 4781 e responsabilizados pelos ataques frontais ao

Poder Judiciário, em especial ao Supremo Tribunal Federal, que continuará defendendo a independência judicial consagrada constitucionalmente e o Estado Democrático de Direito", diz o documento.

O inquérito foi instaurado em 2019. Parte dos ministros do STF tem interesse em encerrar a apuração como forma de sinalizar à política um interesse pelo fim da polarização do país. O presidente da Corte, Edson Fachin, está no grupo que tenta concluir o caso.

Moraes também fez uma defesa do Judiciário no texto. "A massiva desinformação, com a produção e a divulgação de notícias fraudulentas contra o Judiciário e seus membros

('fake news'), principalmente pelas redes sociais, tornou-se o maior, mais moderno e nocivo instrumento de ataque à independência dos juízes, com a finalidade de desacreditar os magistrados", anotou.

Também conforme o documento, o "movimento populista extremista digital, sempre sob a chefia de um líder populista antidemocrático, constatou que a independência do Judiciário constitui um forte obstáculo para suas pretensões autocráticas e, consequentemente, passou a direcionar suas 'milícias digitais' contra os magistrados, com a estruturação de ataques organizados".

De acordo com o balanço, a

responsabilização dos envolvidos foi dividida em núcleos de atuação e gravidade dos delitos, sendo: 29 réus integrantes dos núcleos principais da organização criminosa; 402 condenados por crimes graves (como golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito); 419 responderam por crimes de menor gravidade; 552 pessoas firmaram Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs), o que representa 39,4% do total de casos, exigindo confissão de culpa e prestação de serviços à comunidade. A pena máxima registrada, aplicada a Bolsonaro, chegou a 27 anos e três meses de reclusão. (Com Agência Estado)



A sociedade, o Poder Judiciário e as instituições brasileiras mostraram sua força e resiliência, em que pese a lamentável manutenção de uma nociva, radical e violenta polarização política"

Alexandre de Moraes,
ministro do STF

Nos últimos anos, o GDF cuidou muito bem do DF. Agora, vai cuidar de você ainda mais de perto.

Nos últimos anos, o GDF fez o DF avançar como nunca: construiu escolas e creches, viadutos, o Túnel de Taguatinga e o Drenar DF; ampliou UPAs e UBSS e garantiu delegacias funcionando 24 horas. Agora, vai além. Com ações mais próximas da população, ouvindo, agindo rápido e levando saúde, educação e dignidade a quem mais precisa. Porque cuidar de perto faz toda a diferença.



CORAGEM
PRA
MUDAR
PROPÓSITO
PRA
CUIDAR



SAIBA MAIS